

# Trabalhadoras do campo no semiárido baiano: O impacto da sua renda na qualidade de vida da família extensa

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira<sup>1</sup>  
Rafael Andrews Bruno de Araujo Costa<sup>2</sup>  
Victor Marques de Souza<sup>3</sup>

**Resumo:** A partir da década de setenta, as transformações ocorridas na região do submédio São Francisco com a implantação dos projetos de irrigação nos municípios de Juazeiro – Bahia e Petrolina – Pernambuco, favoreceram o ingresso da mulher do campo no mercado de trabalho assalariado, trazendo modificações na composição interna da força de trabalho, o que motivou esse estudo para avaliar o impacto dos recursos injetados na família a partir dessa realidade para a qualidade de vida dos seus membros. A pesquisa de natureza quanti-qualitativa foi realizada no município de Juazeiro nos projetos irrigados Mandacarú e Maniçoba e nos distritos Massaroca e Vale do Salitre.

**Palavras-chave:** Mulheres trabalhadoras do campo; Orçamento Familiar; Qualidade de Vida.

**Abstract:** From the seventies, the transformations that have taken place in the region of sub-medium San Francisco river with the implementation of some irrigation projects in the towns of Juazeiro, state of Bahia, and Petrolina, state of Pernambuco, have favored the entrance of rural women in wage-labor market, thus causing changes in the internal composition of the workforce which motivated this study in order to evaluate the impact of the resources injected in the family starting from this reality for the quality of life of its members. This research of quanti-qualitative nature has been conducted in the town of Juazeiro, in the irrigated projects of Maniçoba and Mandacaru, and in the districts of Massaroca and Valley of Salitre river, as well.

**Keywords:** Agriculturist women; family budget; quality of life.

---

1 Profa. Dra. da UNIVASF, e-mail: [luciamarisy@uol.com.br](mailto:luciamarisy@uol.com.br).

2 Estudante de Psicologia – Bolsista do CNPq.

3 Estudante de Psicologia – Bolsista do CNPq.

## O semiárido e os constructos sobre o trabalho feminino

Na agricultura familiar do semiárido, a exemplo do que ocorre nas demais regiões do país, os papéis no mundo do trabalho são determinados sexualmente: ao homem cabe as atividades de plantio e colheita do roçado, enquanto que à mulher cabe a capinação da roça; o tanger passarinho para assegurar a colheita; o cuidado e a alimentação dos animais; o pegar água para o consumo e as necessidades da família; retirar lenha da caatinga para o preparo dos alimentos e, sobretudo, a organização do trabalho doméstico e os cuidados com os filhos. No que pese esta sobrecarga de trabalho e a sua importância para a família e a comunidade, este não é visto como um trabalho socialmente reconhecido. É considerado um tipo de ajuda ao companheiro, por que a roça é o local privilegiado para o trabalho do homem, especialmente do chefe da família.

O lugar que as mulheres ocupam no sistema produtivo agropecuário revela formas históricas de desigualdade de gênero. Trata-se de fenômeno estrutural com raízes complexas e instituído social e culturalmente de tal forma que se processa cotidianamente de maneira quase imperceptível e com isso é disseminado deliberadamente, ou não, por certas instituições como o próprio estado que só recentemente tem reconhecido a legitimidade das reivindicações dos movimentos sociais de mulheres como condição para um projeto nacional de desenvolvimento rural sustentável e uma sociedade mais democrática. Como afirma Scott:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. [...] Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (SCOTT,1995, p.10)

A entrada recente e crescente das mulheres do campo dessa região no mercado assalariado de trabalho só foi possível a partir da queda da taxa de fecundidade nas décadas de 70 e 80 do século passado e também pelo aumento do seu nível de instrução. Hoje, nas áreas pesquisadas, as mulheres têm entre dois e três filhos em média, o que lhes permitem conciliar melhor o seu papel de mães e de trabalhadoras. Há quarenta anos atrás cada mulher tinha no mínimo 6,3 filhos (SAFIOTTI, 1997, p. 7), o que tornava impraticável qualquer trabalho assalariado fora do lar, já que, culturalmente, a responsabilidade com o lar e as crianças sempre foi da mãe. Contudo, independente da sua escolaridade e capacitação profissional, são elas colocadas em atividades de baixa remuneração e em setores com menores níveis de proteção social.

Para a OIT – Organização Internacional do Trabalho –, a questão da igualdade está relacionada com o Trabalho Decente (Convenções Internacionais do Trabalho, 29, 87, 98, 100, 105, 111, 138 e 182), cujas características pautam-se em quatro eixos:

1. Criação de emprego de qualidade para homens e mulheres;
2. Extensão da proteção social;
3. Promoção e fortalecimento do diálogo social;
4. Respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho.

São a adequada remuneração, a liberdade, a equidade e a garantia de uma vida digna para homens e mulheres que colocam as suas competências e experiências em disponibilidade para a geração de novos serviços e produtos.

Confirmando os estudos de Safiotti (1997, p. 9), que entre as décadas de 1970 e 1980 apontam um aumento da ordem de 132,7% da mão-de-obra feminina no campo, enquanto a

masculina no mesmo período apresenta um crescimento negativo de 5,4%, na região pesquisada, o surgimento da agricultura irrigada para exportação também possibilitou às mulheres do campo neste mesmo período a inserção no mercado assalariado, sem levar em conta que a sua participação na produção familiar não é vista como trabalho, o que as excluem das estatísticas sobre a constituição da força de trabalho ocupada na produção de alimentos destinados ao mercado interno.

Por trabalhadora do campo está sendo considerada aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, no caso desse estudo, mas para o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – é também a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. Tal crescimento da incorporação feminina à produção agrícola na região refere-se basicamente às formas assalariadas na grande produção para exportação, resultado da chamada *revolução verde*, que ao expulsar os pequenos proprietários das suas terras, obrigou mulheres e crianças a ingressarem no sistema de assalariamento para assegurar o sustento da família. Mas, também, é possível afirmar que tais mudanças são reflexos das lutas e reivindicações das mulheres pela igualdade de direitos, dando visibilidade à sua causa e rejeitando a subordinação via determinismo biológico (BEAUVOIR, 1980; SCOTT, 1989; ROSALDO, 1994), na compreensão de que o gênero é uma construção que ocorre através da repetição de atos correspondentes às normas sociais e culturais, podendo, portanto, ser visto de outra forma.

Contudo, é visível a elevação da auto-estima das mulheres trabalhadoras do campo, porque a renda oriunda do seu trabalho constitui elemento essencial para a melhoria da qualidade de vida da família em termos de alimentação, habitação, educação, saúde, aquisição de bens duráveis e uso de serviços antes impensáveis para elas, além da construção da sua autonomia econômica e da sua identidade profissional, que funciona como um investimento para o futuro. Todo esse conjunto de possibilidades combinado com o fortalecimento da cidadania e o acesso a direitos, pode ser o caminho para o enfrentamento das desigualdades de gênero, daí a importância de se pensar a educação para a autonomia como política pública, tarefa à qual não pode a universidade se furtar para o estabelecimento de relações sociais iguais entre homens e mulheres.

Revisitando a história das civilizações, constata-se que a subordinação da reprodução à produção está relacionada não apenas ao capitalismo, mas, sobretudo, ao patriarcado. As relações entre homens e mulheres, ao longo dos séculos, mantêm caráter excludente. São assimiladas de forma bipolarizada, sendo designada à mulher a condição de inferior, que tem sido reproduzida pela maioria dos formadores de opinião e dos que ocupam as esferas de poder na sociedade. Segundo Alambert (1986, p. 18), Platão, em *A República*, V livro, desenhava a mulher como reencarnação dos homens covardes e injustos. Aristóteles, em *A História Animalium*, afirmava que a mulher é fêmea em virtude de certas características: é mais vulnerável à piedade, chora com mais facilidade, é mais afeita à inveja, à lamúria, à injúria, tem menos pudor e menos ambição, é menos digna de confiança, é mais encabulada. Os ideólogos burgueses destacaram sua inclinação natural para o lar e a educação das crianças. Nesse sentido, Rousseau vê a mulher como destinada ao casamento e à maternidade. Kant a considera pouco dotada intelectualmente, caprichosa, indiscreta e moralmente fraca. Sua única força é o encanto. Sua virtude é aparente e convencional. Esses são alguns dos atributos imputados à mulher, que reforçam a base da exclusão do feminino na sociedade e cuja reversão tem tomado longo tempo

das feministas na sua busca por construir conceitos de equidade entre os dois sexos. Entretanto, não há como negar que ao atribuir aos homens as posições mais elevadas no trabalho assalariado, o capitalismo ampliou as desigualdades. Para Zaretsky (1976), foi o capitalismo que criou o trabalho assalariado fora do lar e que atribuiu às mulheres o trabalho doméstico com a finalidade de reproduzir trabalhadores assalariados para o sistema capitalista.

Tomando como parâmetro a definição de Marx (1966, p. 3), “[...] trabalho é tudo aquilo que o homem através de esforço físico e/ou psíquico transforma a matéria-prima em um novo objeto e não, aquele que não se transforma em um novo objeto pago, que tenha um retorno financeiro” de significativa parcela da sociedade no modo de produção vigente. Hoje, no Brasil, às desigualdades sociais do campo, fruto da concentração fundiária e da modernização seletiva da agricultura, somam-se segmentos sociais que nas cidades sofrem as redefinições tecnológicas e gerenciais do mundo do trabalho e que vivem a desqualificação, precarização e informalização, assim como a despossessão ou o desemprego em massa (THOMAZ, 2001). É o que Buarque e Vainsencher (2002) chamaram de exclusão social, um processo presente, visível e que ameaça confinar grande parte da população num *apartheid* informal, expressão que dá lugar ao termo “apartação social”. Tal fenômeno, que não é novo, já que remonta à antiguidade grega, onde escravos, mulheres e estrangeiros eram isolados de tudo, era considerado natural. Somente a partir da crise econômica mundial que ocorre na idade contemporânea e que dá evidência à pobreza é que a exclusão social toma visibilidade e substância. A partir de 1980, os seus efeitos despontam, gerando desemprego prolongado e, parafraseando Castel (1998), os desafiados do mercado passam a ser denominados de socialmente excluídos. A partir de então, este tema ganha centralidade nos meios acadêmicos e políticos, passando a exclusão a ser vista como uma quebra de vínculo entre o indivíduo e a sociedade, pois cabe ao estado republicano incluir as pessoas nas categorias sociais, ofertando-lhes condições de emprego, segurança, justiça, cidadania, acesso a bens, serviços, terra, direitos, moradia e serviços comunitários. Tal postura assegurará um ordenamento a ser alcançado através de políticas de equidade, pois são estas que consideram as diferenças e presumem as identidades (FISCHER, MARQUES, 2001). Essa idéia da diferença, que poderia ser tratada de forma enriquecedora, positiva, tem sido colocada de forma negativa, subalternizando o feminino ao masculino.

Se no país como um todo as mulheres rurais estão entre os grupos mais vulneráveis, considerando que as famílias por elas chefiadas representam 27% dos pobres rurais, na região semiárida o quadro se agrava, mas, ainda assim, mesmo sob condições tão desiguais, tanto no que se refere ao gênero como à pobreza, elas não se tornam alienadas e cada vez mais manifestam as suas vontades, desejos e reivindicações como sujeitos de direitos.

Quando seus companheiros se deslocam para outras partes do país em busca de trabalho sazonal na época de seca, são elas que ficam com a responsabilidade de cuidar da plantação, dos animais e da família, colocando comida na mesa, o que amplia o seu desgaste físico e emocional. Condições climáticas adversas e acesso limitado aos serviços públicos ainda provocam com muita frequência essa realidade. É grande o número de pais que desejosos de encontrarem trabalho para proporcionar aos filhos uma vida digna, migram para a cidade. Sem escolarização e sem preparo profissional, não encontram espaço no mercado, passando a engrossar as fileiras de desocupados, transformando-se, não raro, em delituosos de pequenos furtos e assaltos.

Embora os programas sociais do governo federal estejam reduzindo esse quadro, ainda é frequente o número de pequenos agricultores e sem terra que mal conseguem sobreviver trabalhando como mão-de-obra alugada para os grandes fazendeiros da região. Ganhando diária irrisória sem qualquer garantia trabalhista, fica cada dia mais difícil sobreviver no campo

das atividades agropastoris com as imposições determinadas pela globalização: mecanização agrícola, mudança tecnológica, diversificação da produção e remuneração por produtividade, são responsáveis pela perda de empregos rurais e pela migração (OLIVEIRA, 2011). Por outro lado, as atividades não agrícolas vêm aumentando, o que de certa forma equilibra os postos de trabalho que vão sendo ocupados no sistema convencional de produção por novos atores mais qualificados. Esse crescimento de atividades não agrícolas nas áreas rurais teve um papel importante no estabelecimento de novas demandas, bem como a expansão das tradicionais; a ampliação dos serviços públicos, especialmente a educação; e o aumento da prestação de serviços vinculado a um aumento de moradias no campo, impulsionando a pluriatividade, ou seja, a diversificação de atividades com melhoria da renda para as famílias que tinham na agricultura a única fonte de provisão.

Tal situação parece indicar que a consolidação da democracia no Brasil não necessariamente significou a ampliação e a aplicação concreta do conjunto dos direitos que compõem a cidadania. É o que Caldeira (1998) considera como país com uma democracia “partida”, onde somente parte dos direitos é garantida, enquanto a outra parte não é respeitada. Se é verdade que a Constituição de 1988 assegurou para os setores mais pobres da população acesso a alguns direitos sociais, esses direitos não satisfazem as suas necessidades básicas. No campo, a falta de acesso à educação formal e capacitação em inovações tecnológicas são as principais causas da pobreza. A gravidade dessa situação como afirma Lacki:

[...] é que a ineficiência do fator de produção mais abundante que é a mão de obra, incide negativamente na produtividade dos demais fatores que geralmente são escassos, como a terra, os animais, os insumos, as máquinas e outros. (LACKI, 2002, p. 2)

Nesse caso a educação passa a ser um mecanismo com grande potencial para assumir a tarefa de empoderar as famílias na promoção do seu desenvolvimento sustentável. Por empoderamento deve-se entender autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana e respeito ao meio ambiente. É pelo empoderamento que as mulheres do campo podem estabelecer um diálogo com as formas de aquisição de poder, abrindo novos espaços de sociabilidades.

O conceito de empoderamento possui sua origem nos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nas décadas de 1970 e o mesmo pode ser definido, segundo Caldeira (1998), como um mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. Sendo assim, o empoderamento como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (FREIRE, 1986).

Ao assumirem o papel de provedoras ou partilharem as responsabilidades da família, as mulheres vão aos poucos transpondo o espaço doméstico e se consolidando na esfera pública, quebrando preconceitos e instituindo valores, com reflexos positivos na organização da sua comunidade.

A educação para a convivência com o semiárido deve ser pensada como espaço para a construção da cidadania, aqui tomada na concepção de Kieling (2001, p. 18):

[...] como possibilidade de construir o ser a partir de situações históricas de privação das formas sociais mais elementares do não ser: fome, miséria, privação da cultura, do lazer, da afetividade, da escola, da participação

na riqueza social, da exclusão das atividades consideradas construção da importante vida em sociedade [...]

O que não é simples, considerando o fato de o Brasil ter nascido, vivido e permanecido dentro de condições de negação a homens e mulheres das classes populares, alienando-lhes sobre o seu papel no mundo.

Sobre o assunto, Freire diz:

Existir é um conceito dinâmico que implica uma dialogação eterna do homem com o mundo. Do homem com o mundo, do homem com o seu Criador. É essa dialogação do homem sobre o mundo e com o mundo mesmo, sobre os desafios e problemas que o faz diferente, o faz histórico. Quando as condições existentes não favorecem tais atitudes, o homem passa a entender o seu destino como predestinação, acatando-o como desígnio de Deus. (FREIRE, 1996, p. 26)

A própria LDB no seu art. 2º afirma:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LEI: 9394/96, p. 8).

Além da educação, outro aspecto importante a ser considerado no que se refere à qualidade de vida das mulheres no meio rural é o acesso a recursos básicos de infraestrutura, como água, energia elétrica, esgoto, coleta de lixo e telefone. Nesses casos também se notam melhorias generalizadas, mantendo-se, no entanto, grandes desigualdades entre urbano e rural e entre as regiões do país. Ainda hoje observa-se na região pesquisada ausência quase total desses itens, que afeta a todos, mas especialmente as mulheres, por ser delas a responsabilidade com a casa e a família. A falta de água encanada e de energia elétrica dificulta todas as atividades domésticas, privando-as de facilidades já acessíveis nos meios urbanos.

Há décadas que o movimento de mulheres trabalhadoras rurais vem lutando pela autoafirmação de suas participantes como sujeitos políticos e de direitos pela reforma agrária no país; pelo reconhecimento e valorização do trabalho feminino e por políticas públicas de saúde, educação, infra-estrutura, transporte e crédito. Nas quatro últimas décadas o debate em torno do “desenvolvimento sustentável” tem se ampliado e permeado o discurso das diferentes áreas de conhecimento, dos formuladores e executores de políticas públicas bem como da sociedade civil organizada em geral. Esse debate aparece para se contrapor ao modelo vigente de “desenvolvimento econômico”, apontado como responsável pela deterioração do meio ambiente, concentração de riquezas, pobreza, desemprego e exclusão social, visto que sua lógica baseia-se apenas no crescimento econômico, cujos processos produtivos utilizam intensivamente os recursos naturais, exercendo uma considerável pressão sobre o meio ambiente (ESCOBAR, 1998; JARA; 1998; VIOLA; 2000).

A sociedade pós-moderna exige do trabalhador que ele saiba compreender processos, trabalhar em grupo, tomar decisões, ser sociável, atuar como cidadão, mas não lhe proporciona tais ensinamentos. Os órgãos criados para apoiar o campo, via de regra contribuem para a perpetuação de preconceitos históricos, como a inferiorização de quem mora no campo no confronto com os urbanos. Quase nunca os agricultores e o mundo rural são valorizados; os recursos e as oportunidades ali existentes, raramente são apontadas como possibilidades de geração de trabalho e renda. Como afirmam Wherthein e Bordenave (1981), o desenvolvimento rural e a diversificação da sua economia não ocorrerão sem que mudanças estruturais na forma de pensar o país aconteçam.

Na verdade, o rural e o urbano não são mais tão antagônicos no que se refere à construção do social e do desenvolvimento político e econômico. O rural não é mais apenas o local de produção, mas também um espaço de interação.

É óbvio que não se quer negar com isso o peso do agrário no meio rural brasileiro, especialmente no que diz respeito às regiões Norte e Nordeste. O que é fundamental entender é que além do arroz, feijão, carne e dos “bóias-frias” e fazendeiros o mundo rural está criando um outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços não materiais não suscetíveis de desenvolvimento (CARNEIRO, 1998, p. 4)

A autora alerta para a discussão sobre o campo como espaço de identidade ou de reconhecimento social com suas representações simbólicas dos grupos rurais. Assim, não se pode dizer que rural é o que se tem determinado como espaço físico, mas como se sente, como se vive, o que se vive no campo.

A libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino na indústria social, que por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade. [...] Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade. A economia doméstica converter-se-á em indústria social. O trato e a educação das crianças tornar-se-ão serviço público (ENGELS, 1984, p. 21).

No município de Juazeiro, as mulheres aos poucos estão aprendendo a superar valores culturais originados no patriarcado, que segundo Duran (1980), as manteve na solidão política, no isolamento do lar, na posição desvantajosa de participação e no negar-se como trabalhadoras, principalmente na pequena produção familiar. Ao entrarem no mercado de trabalho aprendem a se ver como trabalhadoras e a lutar por um objetivo comum: o salário, que constitui o fio de união da classe; mas também, a lidar com os obstáculos inerentes à atividade legal; a ter outra visão sobre a solidariedade, que na visão de Martin (1978), funciona como instrumento de participação, união e luta política.

Ao dar esses passos na direção de sua própria identidade, a mulher passa a viver o dilema de não parecer aos olhos dos vizinhos e parentes ser ela a chefe da família. Nos seus discursos, percebe-se a sua preocupação em preservar o poder do seu companheiro, mesmo quando estando ele sem renda e ser ela a assumir as despesas. Na cultura campestre, a mulher sente orgulho de ser mantida pelo homem com quem vive e que é pai dos seus filhos. Como afirma Fischer (2000), ser sustentado pela mulher significa o desmoronamento da autoridade do homem, o que não é desejável nem para ele e nem para a mulher. Ao ingressar no mercado de trabalho, a mulher do campo antes de buscar a igualdade ou tentar fugir da rotina cotidiana das tarefas domésticas, tem em mente conseguir um salário para contribuir no orçamento familiar. À medida que se firmam, encontram outra motivação que supera a do próprio salário, como a independência e o respeito do seu companheiro, mas nunca a revanche por ter sido subalternizada a vida inteira.

## **Caminhos percorridos**

Neste estudo, a unidade de análise foi a família extensa que comporta além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio, construindo uma unidade de consumo e de renda que partilham entre si recursos monetários e não monetários. A inserção na ativi-

dade econômica agrícola e não-agrícola das mulheres dos tipos de famílias rurais foi analisada com base nas seguintes variáveis: setor de atividade e rendimento na ocupação principal.

A idéia de desenvolvimento socioeconômico necessariamente levou em conta o processo quanti-qualitativo dos papéis de gênero no trabalho e nas famílias, principalmente na agricultura familiar em que a renda tem um fundo em comum. Várias atividades que inicialmente são complementares passam a ter um papel relevante na renda da família como a agroindústria familiar rural; a produção de leite; de pequenos animais; de ovos; de doces e biscoitos caseiros; o artesanato, etc., que em muitos casos são inicialmente as mulheres as responsáveis, ressaltando-se do ponto de vista do desenvolvimento a predominância do sistema patriarcal no meio rural que afeta a supressão das liberdades individuais.

Na perspectiva proposta, a pesquisa analisou detalhadamente o ambiente e a família das mulheres estudadas. Para o trabalho de campo, a amostra foi constituída por 20% das mulheres do universo tomado para estudo: os projetos irrigados Mandacaru e Maniçoba e as comunidades rurais de Massaroca e o Vale do Salitre – Distritos de Juazeiro. Além das entrevistas, foram feitas observações *in loco* e anotações no caderno de campo, para registrar as idéias, a recorrência de padrões, bem como o processo de transformação contínua da cultura (ZALUAR, 1986).

Pela abordagem qualitativa o enfoque teórico-metodológico nas entrevistas tomou como referencial as representações sociais, entendendo aqui por pesquisa qualitativa “aquela que é capaz de incorporar a questão do Significado e da Intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 1994, p. 18).

Na interpretação da vida social das mulheres rurais, procurou-se desenvolver um processo de interação pesquisador/pesquisado, com valorização do encontro, do diálogo e da representação, considerando que o objeto do estudo tem também o seu sujeito. A análise adotou, portanto, a subjetividade como instrumento de conhecimento e as representações sociais como eixo condutor. Assim, este estudo procurou elaborar as Representações Sociais como um processo dinâmico, considerando a inserção das mulheres num contexto sociocultural definido e também a sua história pessoal e social, visando apreender a representação social sobre a temática do estudo, para entender as formas como elas elaboram esse conhecimento e convivem com essa problemática no seu cotidiano.

Para tanto, buscou-se o limite entre o psicológico e o social onde se inserem as representações sociais e a estrutura de cada representação desdobrada em suas faces figurativa e simbólica, que contêm dois processos intrinsecamente associados: objetivação e ancoragem. Pela objetivação, atribuiu-se materialidade às idéias, seguindo os passos de Padilha (2001). Através da ancoragem tentou-se compreender como os elementos contribuem para dar sentido aos acontecimentos, pessoas, grupos e fatos sociais (MOSCOVICI, 1961).

A abordagem foi feita através de entrevista semiestruturada, contendo na primeira parte itens referentes à identificação sociodemográfica dos participantes e na segunda parte questões norteadoras estruturadas de acordo com o referencial teórico adotado. As questões norteadoras tiveram como enfoque principal o significado do trabalho e da renda para a identidade da mulher rural e a sua contribuição no orçamento familiar. Para registro dos dados, utilizou-se gravação com consentimento dos participantes transcrita na íntegra e a sua análise à luz do referencial teórico adotado.



## **Identidade e cultura da mulher campezina no semiárido**

No universo pesquisado nas áreas irrigadas, foram aplicados quarenta e quatro questionários, sendo dez no Projeto Mandacaru, cuja população é formada por aproximadamente cinquenta famílias, e trinta e quatro no Projeto Maniçoba, cuja população é formada por duzentas e vinte famílias.

O Perímetro Irrigado Mandacaru é o mais antigo da região junto ao Bebedouro no município de Petrolina, no estado de Pernambuco, tendo sido implantado no ano de 1968, como política do governo ditatorial militar para produzir alimentos para exportação, especialmente para os Estados Unidos, que à época comercializava todas as máquinas e equipamentos agrícolas utilizadas no modelo adotado pelo Brasil. Possui uma área de 376,0 hectares, dos quais 325,0 são destinados a cinquenta e um lotes para colonos e 51,0 hectares ocupados pela EMBRAPA Semiárido para experimentos de novas culturas. A irrigação na área de colonização é feita por sulcos, um modelo já ultrapassado pelo alto consumo e desperdício de água e a sua substituição por tecnologia mais adequada à sustentabilidade ambiental e financeira está sendo negociado com a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales Parnaíba e São Francisco. Dada a excelente qualidade dos seus solos, a produtividade por hectare das suas culturas é a mais alta dentre todos os perímetros da região.

O Perímetro Maniçoba, implantado entre os anos 1975 a 1981, possui uma área de 4.198,8 hectares, ocupada por duzentos e cinquenta lotes para colonos em 1787,7 hectares e por quarenta e sete lotes para empresas em 2409,1 hectares, cujos sistemas de irrigação são sulco, micro aspersão e gotejo. A água para irrigação é captada no Rio São Francisco por meio de estação de bombeamento.

Enquanto no Projeto Mandacaru as mulheres estão na faixa etária de 31 a 70 anos, cujos filhos já casados não mais dependem da sua renda, no Projeto Maniçoba, a maioria das mulheres são mais jovens e possuem filhos delas dependentes.

Por ser o Projeto mais antigo implantado no município de Juazeiro e a sua localização estar a apenas 10 km da sede, a permanência dos primeiros colonos selecionados para o Projeto Mandacaru foi quase total. Outros aspectos ligados ao solo e a infraestrutura para eles disponibilizada na década de 70, também foram determinantes para a consolidação da produção familiar ali praticada. Ao serem selecionados como colonos, receberam moradia, escola para os filhos, igreja, clube recreativo, quadra esportiva, além de lote com a média de 08 hectares, com todo sistema de irrigação instalado, armazéns, galpões para armazenamento da produção, prédio para funcionamento da associação, tratores, implementos agrícolas, caminhões, etc., o que os diferenciou dos demais.

Hoje, todas as famílias possuem casa própria ampla com no mínimo sete cômodos, móveis e eletrodomésticos semelhantes aos encontrados em casas urbanas, energia elétrica, água encanada, coleta de lixo, telefone fixo e/ou móvel e serviço de esgoto. Quase todas possuem transporte próprio motorizado.

Talvez, por já estarem aposentadas, nesse projeto a participação das mulheres em atividades sociais e de lazer é de 60%. Frequentam igrejas, fazem caminhadas, exercícios físicos, visitam amigos e parentes e recebem familiares nos finais de semana.

A mobilidade populacional verificada no Projeto Maniçoba resulta de vários condicionantes, tais como qualidade inferior do solo, ausência de familiaridade com a produção irrigada, já que a grande maioria vem de experiências com agricultura em área de sequeiro, baixa ou nenhuma escolaridade e falta de capacitação para o manejo das culturas melhor posicionadas no comércio.

A localização mais distante da sede do município, aliada a precariedade da estrada, sempre constituíram bloqueios ao escoamento da produção, além de uma compreensão equivocada do cooperativismo/associativismo. Todos esses fatores, somados à ausência de políticas públicas fortes destinadas à produção familiar, contribuíram para o insucesso desse equipamento importante, construído com o objetivo de aumentar a produção de alimentos por via da Reforma Agrária Estatal.

A instituição do casamento nas comunidades pesquisadas é bastante valorizada, sendo poucos os casos de mulheres responsáveis diretas pelos lares ou que enfrentam a situação de relacionamento não formalizado em cartório ou no religioso. Há aqui de se considerar que os filhos são mão de obra familiar de grande significação, e estes, via de regra nas comunidades rurais, devem estar respaldados em uniões estáveis, consagradas pelos costumes.

As condições socioeconômicas das mulheres do Projeto Maniçoba, em comparação com as do Projeto Mandacaru, são inferiores. Embora 50% das entrevistadas possuam telefone fixo ou móvel e 26% possuam carro ou moto, 21% vivem em casas ou barracos precários, alugados ou cedidos, sendo que em 9% deles não há banheiro e em 26% não há sanitários. Nesses casos, as necessidades fisiológicas são feitas no mato, a céu aberto. Em 36% dos domicílios não há móveis. Em 41% não é feita coleta de lixo, sendo usada a técnica da queimada; 15% das mulheres não contam com o conforto de geladeira e em 6% das moradias não há TV. Muitas mulheres andam até 3 km para chegar a uma unidade de saúde.

Nesse projeto, apenas 32% das mulheres participam da associação/cooperativa, grupos religiosos ou clube de mães. Nos finais de semana 38% trabalham normalmente, ou cuidando dos serviços domésticos, ou apoiando o companheiro nas atividades do lote; 41% ficam em casa, cuidando dos afazeres domésticos e, quando possível, visitando a família.

As condições de saúde das duas comunidades são bem parecidas. Ambas possuem Unidades Básicas de Saúde e são cobertas por agentes comunitários, além disso, suas famílias são acometidas por doenças rotineiras como dor de cabeça e gripe. Problemas de hipertensão, diabetes, doenças do coração, de circulação, depressão e etc., são comuns.

No Projeto Maniçoba, 15% da população apresenta alguma deficiência (física, auditiva, visual), segundo informações adquiridas na execução dos trabalhos no campo, quer pelo uso de venenos, quer pelo uso inadequado de equipamentos, gerando mutilações.

Dado o estado de carência econômica, 85% das famílias recebem algum benefício do governo, sendo que dessas, 65% recebem somente o bolsa família; 17% recebem o bolsa família e alguma pensão ou aposentadoria e o restante (18%) têm mais de um aposentado ou pensionista na casa. Já no Projeto Mandacaru, apenas 10% recebem bolsa família, pois como já foi dito, a maioria das mulheres possui idade avançada, já não possui filhos em idade escolar e nem dependentes dos seus cuidados, contudo, 80% são contempladas com um (20%) ou mais salários (60%), decorrentes de pensão ou aposentadoria.

Essa presença de benefícios governamentais é o que garante uma melhor condição de moradia e de vida dessas mulheres e, principalmente, as três refeições diárias de todas as entrevistadas no Projeto Mandacaru e 94% no Projeto Maniçoba. Todas as entrevistadas relatam que o feijão, o arroz e a carne (com menor frequência) são ingredientes constantemente presentes no almoço, que é a principal refeição. Alimentos como salada ou algum prato mais elaborado aparecem mais raramente, menos pela falta de condição econômica e mais pela questão cultural. No sertão a ingestão de verduras e legumes é rara, por não serem estes alimentos do gosto popular.

No Projeto Mandacaru foi constatada a presença de frutas nas primeiras refeições, por serem os colonos produtores de melão, melancia, banana, uva, manga, goiaba, coco, acerola, pinha e outras. No jantar, a maior parte das mulheres alimenta a família com a sobra do almoço, com sopa ou com café com pão ou cuscuz de milho, macaxeira ou beiju de tapioca.

Ao se perguntar sobre a responsabilidade alimentar da família, a resposta recai no “Bolsa Família”. Ficou evidenciado que este recurso é o mais certo de ingressar na família, dando-lhes segurança de conseguirem fazer a feira mensal.

No projeto Mandacaru, mesmo a maioria das mulheres tendo renda fixa da aposentadoria, com exceção de uma viúva, nenhuma se intitula chefe ou responsável pela manutenção da família. No máximo, assumem dividir a responsabilidade com o companheiro, o mesmo acontecendo no Projeto Maniçoba. Trata-se da questão cultural do sertão de serem os homens a atribuírem prestígio às mulheres. Assim sendo, elas próprias não desejam inferiorizar a figura masculina, atribuindo ao companheiro a provisão familiar, mesmo não sendo esta a realidade. Elas só se reconhecem como provedoras do lar quando são as únicas responsáveis pela manutenção da família, não havendo ali a presença do homem.

Justificando sua posição secundária no sustento da família, a grande maioria das mulheres que trabalham e recebem salário, ao serem questionadas, relata que a ausência da sua renda traria pouca diferença ao modo de vida da casa, perdendo apenas algum poder de compra, principalmente em relação à alimentação. Já aquelas que recebem benefícios do governo, declaram que sem isso teriam diversas dificuldades, quer na aquisição de alimentos, na aquisição de bens duráveis para o lar, como geladeira, fogão a gás, móveis, vestuário, remédios, habitação, mas sobretudo, a possibilidade de ajudar aos filhos e netos se educarem para ter um futuro diferente. Algumas idosas disseram ainda que teriam de voltar a trabalhar, mesmo assim não ressaltam sua importância no sustento da família, por respeito ao papel do homem na condução dos destinos da família.

Ainda assim, 61% delas se consideram independentes. Ao explicarem essa categoria, apenas duas entrevistadas não vêem nessa independência algo que lhes favoreçam. Para elas, trabalhar fora de casa e acumular com este o trabalho doméstico que não mudou, tornou as suas vidas piores, em termos de desgaste físico, doenças, cansaço, afastamento da família por falta de tempo, sem contudo, deixarem de reconhecer que o dinheiro ganho lhes permitiu construir moradia decente, móveis e outros bens de prestígio no campo. As demais aliam a renda e o trabalho a sua melhoria na qualidade de vida, não destacando tais aspectos.

Buscando saber um pouco mais sobre a sua identidade como mulher do campo, das quarenta e quatro entrevistadas, apenas cinco não identificam diferenças entre a sua vida e a vida das mulheres da cidade; 86% afirmam que a vida da mulher no campo é de menor qualidade em relação a da cidade, pois elas têm menores oportunidades, sofrem mais devido ao trabalho em sol a pino, e pelo peso que o trabalho do campo impõe. Já as 14% que consideram a vida no campo melhor trazem como justificativas o sossego e a facilidade de se conseguir alimentos, já que esses são elas mesmas que cultivam.

Refletindo com elas sobre o significado do trabalho, constata-se que para 65% delas, este representa prazer, honra, dignidade, reconhecimento por outros, além de lhes fazer compreender melhor as coisas. Para cinco delas, entretanto, o trabalho cumpre apenas a função de sustentar a família. Curioso é que, mesmo entre as que se declararam satisfeitas com o trabalho que realizam, quando perguntadas se deixariam de trabalhar, caso não precisassem, vinte afirmaram que sim, o que demonstra o reconhecimento da exploração a que são submetidas e as péssimas condições de trabalho no campo.

Questionadas sobre o seu sentimento em relação à partilha da renda, quase a totalidade manifestou orgulho em poder ajudar membros da família que vivem em situação de pobreza, desejando ganhar mais para partilhar mais. Apenas 9% disseram não estarem satisfeitas, alegando que ganham pouco e, ao assumirem responsabilidades com outros membros da família, deixam de satisfazer desejos próprios, gerando uma sensação de desconforto. Mas dizem: “Fazer o quê, né”; “Parente não se escolhe, se tem”. “Não se pode fechar os olhos para os filhos e netos, pais já velhos, ou outras pessoas do convívio”.

Os dados apontam claramente mudanças na forma de vida das famílias que vivem e trabalham nos Projetos Mandacaru e Maniçoba no município de Juazeiro como resultado do ingresso das mulheres como sujeitos que possuem renda, impactando positivamente na qualidade de vida de todos os membros da família extensa.

Nos distritos de Massaroca e Campos dos Cavalos no Vale do Salitre – áreas de sequeiro, foram entrevistadas sessenta e oito mulheres detentoras de renda, com idade entre 20 e mais de 70 anos. Destas, quarenta e três são casadas; seis viúvas; oito separadas; duas em situação de concubinato; sete solteiras e duas que não souberam definir a sua situação civil. O distrito de Massaroca compreende uma área aproximada de 1000 km<sup>2</sup> e mil e quinhentos habitantes, pertencentes a nove comunidades rurais. Trata-se de um espaço que apresenta uma situação típica de diversidade do quadro agrário da região, cuja característica fundamental é a existência de comunidades baseadas nas relações familiares e tendo como patrimônio comum o fundo de pasto, que pode ser definido como espaço coletivo destinado ao pastoreio dos animais no período mais crítico da seca e para a prática da agricultura de sobrevivência.

Após anos de trabalho organizativo pela igreja católica inicialmente e após pela EBDA – Empresa Bahiana de Desenvolvimento e Assistência Técnica –, essas comunidades criaram a Associação Comunitária para a regularização do fundo de pasto e a mobilização de recursos do Governo Federal com vistas ao desenvolvimento local, mudando, inclusive, os seus sistemas de produção, na perspectiva da sustentabilidade das suas famílias, considerando que a criação de caprinos é a base da sua economia.

Quanto ao tamanho da família, a sua redução mesmo na zona rural é evidente. Tal constatação é resultado de uma série de condicionantes, tais como a presença dos agentes comunitários de saúde nas residências; o papel da mídia televisiva veiculando informações do Ministério da Saúde, mas também e principalmente o ingresso das mulheres no mercado de trabalho assalariado, requerendo delas tempo integral nas atividades profissionais. Interessante observar que, mesmo nos casos onde a mulher não se atribui responsabilidade principal com a manutenção da família, a sua renda é toda partilhada com as despesas da casa, mas também com as despesas dos filhos e netos, como pagamento de despesas escolares, aquisição de bens duráveis para o lar como fogão a gás, geladeira, móveis e vestuário.

Das entrevistadas, vinte e oito delas mantêm de três a quatro membros, muitas vezes com prejuízo pessoal na compra de medicamentos, na ingestão de uma alimentação mais rica e, principalmente na participação de atividades de lazer e de cultura. Tem sido prática generalizada a incapacidade dos mais jovens manterem o padrão de vida dos pais. No campo, esta realidade se apresenta mais perversa, tendo em vista a redução ano a ano da área plantada em terras secas, pela incapacidade de competitividade com os agricultores das áreas irrigadas; pela ausência de políticas públicas efetivas de apoio à pequena produção; pela falta de capacitação dos mais jovens para as atividades agropecuárias, considerando o seu desinteresse em permanecerem no campo, sob o discurso de não querer reproduzir o estado de pobreza a que foram submetidos durante toda a vida.

A grande preocupação, entretanto, é que estes jovens também não se prepararam para viver na cidade. Sem profissão e com baixa escolaridade, ao deixarem o campo tendem a vivenciar outro tipo de pobreza, muitas vezes pior do que aquela a que estavam acostumados na zona rural. Ali, pelo menos um teto e alimentação básica, como feijão, farinha, macarrão, macaxeira e carne algumas vezes eles desfrutaram, enquanto na cidade sem trabalho, a sua tendência é a marginalidade. Para evitar que isso aconteça, as mulheres trabalhadoras dedicam parte da sua renda para filhos e netos, na expectativa de mantê-los por perto, ou investindo na sua educação, com vistas ao futuro.

Das sessenta e oito entrevistadas, apenas cinco não colocam a sua renda para a manutenção da família. Destas, quarenta e cinco arcam com a manutenção dos filhos e dez investem na educação dos netos. As demais apoiam irmãos, pais e agregados da família. Mas é com alimentação e pagamento de luz, água, telefone e aquisição de bens para proporcionar conforto aos seus membros que a sua renda é gasta, comprovando a enorme contribuição dos seus ganhos para a melhoria da qualidade de vida da família.

Importante observar o avanço das mulheres do campo quanto ao nível de escolaridade. Das entrevistadas, 60% possuem ensino básico completo e 2% possuem nível superior. Para elas só a educação pode transformar a sua realidade, daí o seu interesse em investir parte da sua renda nesse componente, tanto para si como para os seus familiares. Nota-se a melhoria da qualidade de vida da população do campo a partir da ampliação da renda familiar com o ingresso da mulher no mercado assalariado. Exemplo claro são as moradias. Ha quinze anos atrás, a maioria da população rural dessas comunidades morava em casa de taipa, de chão batido, sem instalações sanitárias e com pouquíssimos móveis. Hoje, nos espaços pesquisados, 93% das entrevistadas afirmaram residir em casas próprias, com no mínimo dois quartos, banheiro dentro de casa, sanitário, cozinha, sala e outras dependências. Quase todas as casas possuem energia elétrica e 80% possuem água encanada. Contudo, serviços como coleta de lixo e saneamento ainda são praticamente inexistentes nestes locais. A comunicação fica por conta do telefone móvel, sendo o fixo privilégio dos moradores mais próximos ao núcleo da comunidade. Todas as casas são equipadas com sofás, camas, mesas, cadeiras, televisão, rádio, fogão a gás e geladeira. Somente duas entrevistadas disseram ainda cozinhar em fogão a lenha. Todas possuem algum tipo de transporte, sendo bicicleta o mais comum (30%); motocicleta (26%); carro automotivo (16%), além de outros como carroça, charrete, etc.

A participação das mulheres em atividades sociais ainda é pequena. 55% afirmaram não fazer parte de nenhum grupo e apenas 25% afirmaram pertencer a alguma associação; 14,7% frequentam grupos religiosos e 9% são associadas a clubes de mães. Somente duas entrevistadas são sócias do sindicato dos trabalhadores rurais de sua região, reafirmando a tese dos sindicatos como esfera masculina.

O serviço de saúde utilizado é a unidade básica de saúde com o Programa Saúde da Família (PSF), presente nas duas comunidades. Embora a unidade se localize no centro da comunidade, os agentes comunitários de saúde fazem visitas constantes às residências, encaminhando para atendimento mais especializado os casos que requerem cuidados especiais. De modo geral as mulheres disseram estar satisfeitas com o serviço de saúde na forma como funciona, mas reclamam da falta de remédios mais caros para distribuição gratuita, o que lhes obriga a gastar com medicamentos um recurso que poderia ser usado para outras finalidades. Há uma consciência entre todas de que é responsabilidade do Estado assistir a população integralmente na área da saúde e, se assim não ocorre, trata-se de falha a ser corrigida. Quanto aos programas sociais do governo, as opiniões são sempre positivas, especialmente sobre o

Bolsa Família, que tem permitido às famílias manterem os filhos na escola, além de suplementarem a alimentação e a compra de bens para a casa.

No que concerne à alimentação, 70,5% das entrevistadas afirmaram alimentar-se ao menos três vezes ao dia; 14,7% disseram alimentar-se mais de quatro vezes por dia e o restante não respondeu. Na composição da alimentação das entrevistadas estão feijão, arroz, farinha, cuscuz, café e carne, especialmente de bode. Verduras ou algum prato mais elaborado são ingeridos somente em dias festivos. No jantar, a maioria consome o que sobra do almoço, ou uma sopa.

Quando perguntadas sobre o que fazem nos finais de semana, 35% afirmaram descansar; 13% fazem serviços domésticos; 13% frequentam a igreja; 13% realizam visitas às famílias, e outras 13% afirmaram trabalhar normalmente. O direito ao lazer é exercido através de participação em festas (29,5%), assistindo televisão (20,6%), e as já citadas visitas aos familiares, idas à igreja e descanso. Somente quatro mulheres afirmaram não ter nenhum tipo de lazer.

No que se refere à remuneração, para vinte e oito das entrevistadas ela provém do Bolsa Família ou da Aposentadoria Rural. Das trabalhadoras ativas, vinte estão na agricultura como diaristas em épocas de plantio e colheita; seis são vendedoras de produtos como cosméticos e roupas e somente cinco possuem contrato de trabalho, exercendo seus serviços com a carteira trabalhista assinada.

Das mulheres que afirmaram trabalhar, vinte e quatro o fazem desde criança, reproduzindo o que aprenderam com os pais, percebendo renda que varia de R\$100,00 a R\$1010,00. Com esta renda, 29,5% assumem integralmente a responsabilidade da manutenção da família e 63,2% informam ser do cônjuge as maiores despesas, mesmo quando disponibilizam toda a sua renda para as despesas da casa. Indagadas sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas após a conquista de suas rendas, as mulheres afirmaram que esta possibilitou-lhes a independência, melhorando suas vidas. Afirmaram ser mais respeitadas e, ainda, ter sua autoestima mais elevada, pois passaram a sentirem-se úteis. Contudo, vale levar em consideração que algumas agricultoras falaram que junto à independência veio a solidão, revelando um sentimento de tristeza.

O significado de suas rendas, está diretamente ligado a conquistas como respeito, igualdade, melhor alimentação, mais autoestima, renda fixa, entre outros. Dificuldades como pouca alimentação, precariedade com o cuidado à saúde e dependência, segundo as mulheres, iam ser vivenciadas por elas caso não possuíssem renda. Entretanto, quando perguntadas se gostariam de continuar trabalhando se não mais precisassem, 61% responderam que não, que não trabalhariam mais, alegando que o trabalho no campo é duro, sofrido e mal remunerado. Somente 10% continuariam trabalhando, sob a alegação de que o trabalho lhes dá respeito e dignidade.

Questionadas sobre o sentimento de ajuda à família, cinquenta e seis mulheres afirmaram o seu contentamento em serem úteis, poderem proporcionar aos entes queridos melhores condições de vida. As demais afirmaram insatisfação por não poderem fazer mais. Como ganham pouco, muitas necessidades não são satisfeitas, mas nenhuma lamenta a doação.

## **O quê representa a renda da mulher camponesa para a família extensa no semiárido**

O desafio de romper com a dicotomia em que o masculino e o feminino se constroem na oposição um ao outro foi construído na lógica patriarcal, dificultando a percepção de uma outra visão de mundo, onde homens e mulheres se complementam na feitura da sua história. Desconstruir essa polaridade é reconstruir a idéia perdida nas construções sociais de que a dife-

rença pautada na identidade e sem desigualdade é um componente importante para a democracia e a cidadania. Conforme Fisher & Marques (2001), classe, etnia, religião, idade, cultura, atravessam a pretensa unidade de cada elemento do par, transformando em múltiplo o sujeito masculino ou feminino pensado no singular, evidenciando que estes são históricos e socialmente construídos, e rejeitando o caráter fixo e permanente da oposição binária de uma historicização genuína em termos de diferença sexual, dando visibilidade aos sujeitos diferentes.

A partir dos resultados encontrados, pode-se afirmar que a renda das mulheres trabalhadoras do campo tem possibilitado às famílias suprir as suas principais necessidades, ampliando a expectativa de vida com alimentação equilibrada, saúde e educação, melhorando, portanto, a qualidade de vida de todos os seus membros. O nível de escolaridade ampliou consideravelmente entre as mulheres, ainda que descontextualizada com a realidade do campo. A grande maioria informa que os conteúdos aprendidos na escola são inúteis para a sua vida e em nada melhoram o seu trabalho, o que denuncia a deficiência da educação que com professores mal remunerados e mal formados, infraestrutura deficitária e falta de apoio como biblioteca e transporte, desqualifica o ensino como mecanismo transformador da realidade.

Mesmo tendo conseguido ingressar no assalariamento, os direitos sociais e trabalhistas das mulheres rurais são permanentemente negados, como o pagamento de férias remuneradas, horas extras e licença maternidade, dentre outros. A lentidão na implantação da Reforma Agrária como política pública tem sido uma das responsáveis por este quadro. Das entrevistadas, a maioria trabalha precariamente, enfrentando condições adversas. A agricultura e a pecuária já não constituem a principal fonte de sustentabilidade familiar. Muitas atividades não agrícolas estão cumprindo este papel, devido a falta de terra, de crédito, de capacitação dos agricultores para enfrentarem a concorrência desigual com a produção de maior porte, mas, sobretudo, o desemprego para os homens provocado pela chamada onda tecnológica, obrigando a mulher a assumir cada vez mais a chefia da família. Nesse contexto afirma ela a sua competência no desempenho da atividade considerada masculina, mesmo numa conjuntura adversa e desigual, ganhando em geral menos do que o homem e sujeitando-se à flexibilização do trabalho defendida pelo projeto neoliberal.

Entretanto, como afirmam os estudos de Bruschini (1990), mesmo se sacrificando para conciliar as várias tarefas cotidianas, essas trabalhadoras descobrem na esfera pública a trilha da sociabilidade, possibilitada pelo trabalho coletivo que lhes permitem desconstruir preconceitos secularmente designados ao ser mulher e substituí-los por suas reais qualidades. No espaço da sociabilidade do trabalho, ela toma ciência de que pode gerenciar a própria vida, pode exercer a chefia da família e, através do convívio coletivo, livrar-se da timidez, aprender a sorrir e a criar sonhos (FISCHER, 1997).

São essas possibilidades que têm assegurado as mudanças ocorridas no campo e nas vidas dos seus moradores. São casas de alvenaria mobiliadas, bens duráveis, transportes, alimentação variada e investimento em educação e saúde, que aproximam o campo da cidade, além de trazer para as mulheres a sensação plena de autonomia, auto-estima e respeitabilidade social e dos seus companheiros, a despeito da remuneração baixa e do desrespeito à legislação vigente.

Pelas suas falas, renda e trabalho são coisas distintas. Se a renda obtida com o que fazem adquire o significado para si de serem sujeitos, decidirem para onde ir, apoiarem membros da família, assegurar o sustento digno para todos, o trabalho continua sendo sinônimo de exploração, penúria, cansaço e servidão, reflexo de uma sociedade permeada pela falta de justiça, mas sobretudo pela ausência de cidadania.

## Referências

- ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. Nobel: São Paulo, 1986.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em:
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Mulher, casa e trabalho: o cotidiano nas camadas médias paulistas*. São Paulo: Vértice, 1990.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: Mito e Realidade*. v.1 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUARQUE, C.; VAINSENER, S. A. *ONGs no Brasil e a Questão de Gênero*. In: Trabalhos para Discussão, nº 123/2002.
- CALDEIRA, T. P. R. Justice and Individual rights: challenges for women's movements and democratization in Brazil. In: Jaquette J. S.; Wolchik S. L. (Org.) *Women and democracy: Latin America and Central and Eastern Europe*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos, Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, n. 11, out., 1998, p. 53-75.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Vozes, Petrópolis: 1998.
- DURAN, Maria Angelis. *A dona de casa: crítica política da economia doméstica*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Global, 1984.
- FREIRE, Paulo; SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- FISCHER, Izaura R. *A trabalhadora rural: conscientização social e política na empresa agrícola moderna*. Recife: Massangana, 2000.
- FISCHER, Izaura R.; MARQUES, Fernanda. *Gênero e Exclusão Social*. Trabalhos para Discussão nº 113/2001. Fundação Joaquim Nabuco: Recife, 2001.
- JARA, Carlos Júlio. *A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local*. Brasília: IICA: Recife, 1998.
- KIELING, Sergio Roberto Franco. *O construtivismo e a educação*. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LACKI, Polan. *Como enfrentar a crise da agricultura: lamentando os problemas insolúveis ou resolvendo os problemas solucionáveis?* Roma: Papers da FAO, 2002
- MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária. O impossível diálogo*. São Paulo: Record. 2000.
- MARX, Karl. *El Capital*. Buenos Aires: Claridad, 1966.
- MINAYO, Maria C. de Souza. O conceito de representação social dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em Representação Social*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MOSCOVICI, S. *La psychanalyse son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.



- OLIVEIRA, L. M. S. R. *et al.* *Tecendo as redes da (des) esperança nas águas do Velho Chico*. Belo Horizonte: Gráfica Editora FAPI, 2011.
- PADILHA, M.I.C.S. *Representações sociais: aspectos teórico-metodológicos*. Rio Grande do Sul: Universidade Passo Fundo, 2001.
- ROSALDO, Renato. "Whose Cultural Studies?". *American Anthropologist*, v.96, n.3, 1994.
- SAFFIOTI, H.I.B. Equidade e paridade para obter igualdade. In: *O Social em Questão*. v.1, n.1, *Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social*. Departamento de Serviço Social. PUC, Rio, 1997.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n.2, 1995.
- THOMAZ, Antonio. Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil: uma contribuição à leitura geográfica do trabalho. *Pegada*, v.2, n.2, 2001. CeGET, UNESP, Presidente Prudente.
- VIOLA, Andreu. *Antropología Del Desarrollo: teorías y estudios etnográficos en América latina*. Barcelona: Barcelona y Editorial Paidós; SCICF; 2000.
- WHERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, J.D. (Org.). *Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- ZALUAR, Alba. Teoria e método do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ZARETSKY, Eli. *Capitalism, the family & personal and Personal Life*. New York: Harper & Row, 1976.